Anexo IV

Metas Fiscais

IV.4. Evolução do Patrimônio Líquido

 (Art. 4o, § 2o, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o “Ativo” e o “Passivo”. Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Conforme a 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as contas que compõem o PL são as seguintes:

a) Patrimônio/Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

b) Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado, as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

c) Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Também integra a conta de Resultados Acumulados a conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A evolução do Patrimônio Líquido da União vem apresentando uma tendência de decrescimento ao longo dos três exercícios em análise (2015 a 2017). Quando comparados os exercícios de 2015 e 2016, a redução foi de 42,4%, aproximadamente. Quando comparados os exercícios de 2016 e 2017, a redução foi de 19,74%, aproximadamente, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1 -** Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido da União nos últimos três exercícios: (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) (em R$)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **2017** | (%) | **2016** | (%) | **2015** | (%) |
| Patrimônio/Capital | 45.740.059.980,66 | -1,9 | 20.966.269.713,57 | -1,0 | 41.918.893.770,54 | -3,0 |
| Reservas | 1.593.474.131,82 | -0,1 | 7.384.140.791,82 | -0,4 | 7.300.831.278,30 | -0,5 |
| Resultados Acumulados | -2.458.129.335.338,75 | 102,0 | -2.041.627.235.060,69 | 101,4 | -1.463.148.321.806,08 | 103,5 |
| **TOTAL** | -2.410.795.801.226,27 | 100,0 | -2.013.276.824.555,30 | 100,0 | -1.413.928.596.757,24 | 100,0 |

FONTE: Novo SIAFI.

No exercício de 2015, as principais movimentações que afetaram o Patrimônio Líquido (PL) foram:

(a) Desreconhecimento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa sob a supervisão da Receita Federal do Brasil, cerca de R$ 1 trilhão (redução do PL);

(b) Mudança da metodologia para o cálculo do ajuste para perdas referente aos créditos tributários de curto prazo, R$ 148,7 bilhões, aproximadamente (redução do PL);

(c) Reconhecimento do ajuste para perdas dos créditos a receber de Estados e Municípios relacionados com a Lei Complementar nº 148/2014, cerca de 60,3 bilhões (redução do PL);

(d) Baixa do ajuste para perdas relativas a empréstimos e financiamentos, cerca de R$ 33,9 bilhões (aumento de PL);

(e) Reclassificação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) do PL para o Passivo Não Circulante, R$ 1,8 bilhão, aproximadamente (redução do PL);

(f) Aumento das provisões a curto e longo prazo, com causas diversas (repartição tributária, oriundos da Lei Complementar nº 148/2014, ações judiciais com probabilidade provável de perda), no montante de cerca de R$ 75,5 bilhões (redução do PL);

(g) Reconhecimento de obrigação da União em repassar ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), R$ 10,7 bilhões, aproximadamente (redução do PL); e

(h) Apuração do resultado patrimonial do exercício, cerca de R$ 245,2 bilhões negativos (redução do PL).

Ainda em relação as movimentações ocorridas no PL no exercício de 2015, destaca-se que ao final do exercício de 2014 ocorreu a adoção do novo Plano de Contas da Administração Pública Federal, na União e em suas entidades. Todavia, somente no exercício de 2015, todas as operações econômico-financeiras que impactaram o patrimônio da União foram registradas com o uso do respectivo plano de contas. Tal fato é de grande relevância para a análise da evolução do PL e das mutações relativas ao exercício de 2015.

Além das mudanças quantitativas, como a reclassificação do AFAC (anteriormente descrita), houve, no exercício de 2015, algumas mudanças qualitativas na composição do PL. A principal mudança se refere a reclassificação de cerca de R$ 105,1 bilhões que compunham o grupo Patrimônio/Capital no exercício de 2014 e passaram a compor o grupo Resultados Acumulados, no exercício de 2015, de acordo com o descrito no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 6ª edição.

No exercício de 2016, a variação total do PL representou uma redução de aproximadamente R$ 599 bilhões negativos, cujas principais movimentações foram:

(a) Apuração do resultado patrimonial do exercício, cerca de R$ 549 bilhões negativos (redução do PL);

(b) Ajuste para acerto contábil do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais) em ajustes de exercícios anteriores em cerca de R$ 5,28 bilhões para compatibilização com o balanço SICOF referência dez/2015 (redução do PL);

(c) Ajuste de R$ 4,11 bilhões da equivalência patrimonial da participação acionária da União no Banco do Brasil (Posição de 30/09/2015), considerando o demonstrativo contábil detalhado do Patrimônio Líquido, excluindo-se o instrumento elegível ao capital principal (redução PL);

(d) Ajuste de empréstimos e financiamentos a receber de longo prazo relativo aos contratos junto ao Banco do Brasil -PESBB001 (R$ 3,12 bilhões) e P PO71M 001 (R$ 1,067 bilhão), ambos geridos na COFIS/STN (aumento PL);

(e) Ajustes de exercícios anteriores do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA em cerca de R$ 4,24 bilhões, impactado principalmente por cancelamento de documentos registrados a maior (R$ 3,61 bilhões) e amortização de projetos (R$ 599 milhões) (redução PL);

(f) Ajustes de regularização de transferências voluntárias no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em cerca de R$ 3,19 bilhões (redução PL);

(g) Ajustes de exercícios anteriores de aproximadamente R$ 2 bilhões na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, relativo a Provisão conforme a Portaria Conjunta PGF/STN nº 8/2015 e Ofício nº 28/2016/DEPCONT/PGF/AGU.

No exercício de 2017, a variação total do PL representou uma redução de aproximadamente R$ 398 bilhões negativos. As principais movimentações foram:

(a) Apuração do resultado patrimonial do exercício, cerca de R$ 154 bilhões negativos (redução do PL);

(b) Ajustes de exercícios anteriores, de aproximadamente R$143,1 bilhões, afetando positivamente, referente à incorporação de bens dominicais, efetuada pela Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal).

(c) Ajustes de exercícios anteriores de R$ 44 bilhões, afetando positivamente, referentes à contrapartida da baixa de provisões a longo prazo referentes a ações judiciais com alta probabilidade de perda, de acordo com os valores mensurados na Nota Técnica
nº 72/2017/PGU/AGU;

(d) Ajuste de exercícios anteriores referentes ao reconhecimento de passivos contingentes classificados como risco provável pela Portaria AGU nº 40/15, no valor de R$ 153 bilhões, afetando negativamente;

(e) Ajustes de exercícios anteriores referentes à atualização dos ajustes para perdas prováveis referentes a créditos tributários de curto prazo, no valor de R$ 23 bilhões, afetando negativamente;

(f) Ajustes de exercícios anteriores, afetando positivamente no valor de R$ 42 bilhões, referentes à baixa de saldo de depósitos compulsórios;

(g) Ajustes de exercícios anteriores no valor de R$ 118 bilhões referentes ao reconhecimento do passivo atuarial relacionado às pensões dos militares, afetando negativamente; e

(h) Ajustes de exercícios anteriores no valor de R$ 131 bilhões referentes à baixa dos adiantamentos de transferências voluntárias e R$ 23 bilhões de baixa de créditos por danos ao patrimônio, afetando negativamente.